

Parâmetros da negociação podem mudar

por Cláudia Safatle
de Brasília



Ernane Galvães

As condições de renegociação da dívida externa brasileira podem melhorar a partir do apoio político que os países em desenvolvimento buscam — e que se consolidará na reunião dos dias 14 e 15 próximos, provavelmente em Bogotá. Este é o entendimento do ministro da Fazenda, Ernane Galvães, que ontem se pronunciou pela primeira vez sobre a postura do Brasil e dos demais países que assinaram a nota conjunta de protesto no último dia 19. Indagado se os critérios e parâmetros da renegociação, que deve começar em setembro deste ano, com os bancos credores do País poderiam ser alterados com essa mobilização dos países devedores, o ministro respondeu: "Podem. Não sei quando nem em que espécie. É evidente que procurar uma consciência política, um apoio político para os países em desenvolvimento, vai na direção de conseguir abrir o comércio dos produtos de exportação, conseguir prazos de pagamentos da dívida mais dilatados e encargos menores".

Esta é a essência do problema. As especificações, ou seja, se o Brasil vai con-

dento do governo" ou, como enfatizou, "essas coisas são no campo da provocação". E mais uma vez frisou: "Não há nenhum sentido de negociação" na reunião de Bogotá, mas apenas a busca de "um entendimento" entre os países signatários da nota conjunta.

Galvães acredita que conta também com o apoio dos países industrializados no ataque ao que considera a essência do problema — o nível da taxa de juros internacionais — e vislumbra, da reunião dos sete grandes países industrializados, no dia 7 próximo, em Londres, uma manifestação de vontade política de resolver a situação, gerada por uma política de arrocho monetário do governo norte-americano.

ACORDO

Outra questão tem merecido atenção especial do governo brasileiro: a assinatura do acordo da Argentina com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Acompanhamos isso com interesse, mas mantendo a postura que sempre tivemos em relação à negociação de cada país: não interferimos, mas, quando necessário, cooperamos". Ontem venceu o prazo para o pagamento do empréstimo de US\$ 50 milhões que o

País fez à Argentina, numa ação conjunta com México, Venezuela, Colômbia e Estados Unidos. Até o final da tarde de ontem a Argentina não havia pago nem pedido, oficialmente, a prorrogação do prazo, que venceu no final de abril e fora adiado para 31 de maio.

O ministro da Fazenda garante, entretanto, que, se a Argentina solicitar uma segunda prorrogação — o que é bastante provável, já que ainda não assinou o acordo com o FMI —, o Brasil está "preparado para adiar".

Galvães assume uma postura de tranquilidade quanto ao pedido de moratória por quatro anos, declarado pela Bolívia na última quarta-feira. "Afinal", ponderou, "a moratória da Bolívia representa apenas a oficialização de uma prática de suspensão dos pagamentos externos que vem adotando há um ano. Por este motivo, foi uma declaração sem maiores repercussões no meio financeiro internacional."

COMÉRCIO

O comércio do Brasil com a Bolívia, no entender de Galvães, não chegará a ser abalado, embora "ainda seja cedo para avaliar". E a parcela da dívida daquele país com o Brasil já foi até consolidada no

tramos no sexto mês do ano, atravessando a fase mais baixa de contenção monetária." Como, segundo ele, a distribuição da contração da oferta de moeda é mais pesada no primeiro semestre, "é a partir de agora que teremos algum alívio".

O ministro considera que a pressão das contas cambiais sobre a base monetária (emissão de moeda) não é um fator preocupante e — com a expectativa de crescimento das importações, devido à recuperação da atividade industrial — será possível gastar alguns dólares que se transformariam em cruzeiros, inundando o sistema de liquidez.

O 1º DRINQUE É NOSSO

Das 18 às 20 hs.

L'ULTIMO ROMÂNTICO PIANO BAR
Rue Avanhandava 40 Fone: 258-6523